



Revista Cerrados (Unimontes)  
ISSN: 1678-8346  
ISSN: 2448-2692  
revista.cerrados@unimontes.br  
Universidade Estadual de Montes Claros  
Brasil

# O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA: TITULAÇÃO, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS[1].

**Lopes, Carla Joelma de Oliveira**

O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA: TITULAÇÃO, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS[1].

Revista Cerrados (Unimontes), vol. 15, núm. 1, 2017

Universidade Estadual de Montes Claros, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576960997011>

DOI: <https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p196a213>

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Não Derivada 4.0 Internacional.

# O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA: TITULAÇÃO, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS[1].

THE TERRITORY QUILOMBOLA OF ARAQUEMBAUA: TITLES, CHANGE AND PERMANENCE.

EL TERRITORIO QUILOMBO DE ARAQUEMBAUA: TÍTULOS, EL CAMBIO Y PERMANENCIA.

Carla Joelma de Oliveira Lopes carlajoelma@gmail.com  
*Universidade Federal do Pará – UFPA, Brasil*

Revista Cerrados (Unimontes), vol. 15,  
núm. 1, 2017

Universidade Estadual de Montes Claros,  
Brasil

Recepção: 24 Julho 2016  
Aprovação: 13 Abril 2017

DOI: [https://doi.org/10.22238/  
rc24482692v15n12017p196a213](https://doi.org/10.22238/rc24482692v15n12017p196a213)

Redalyc: [https://www.redalyc.org/  
articulo.oa?id=576960997011](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576960997011)

**Resumo:** Abordamos no presente trabalho um quadro de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia desencadeado a partir dos marcos legais brasileiros presentes na Constituição Federal de 1988 relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas. A titulação das terras quilombolas representa uma conquista no longo capítulo de disputas agrárias na Amazônia e tem materializado um processo de reordenamento territorial significativo. Neste sentido, analisamos um território quilombola na Amazônia paraense, a comunidade quilombola de Araquembaua localizada no município de Baião - PA. Objetivamos de maneira geral analisar os usos do território, considerando as mudanças e permanências que vem se configurando no território de Araquembaua, a partir do processo de titulação que ocorreu no ano 2002. Concluímos que a titulação do território quilombola representa uma conquista para a comunidade e configura uma importante estratégia territorial.

**Palavras-chave:** Território quilombola, Titulação, Mudanças, Permanências, Estratégia territorial.

**Abstract:** We address in this paper a picture of relatively recent territorial transformations in the Amazon triggered from the Brazilian legal frameworks present in the Federal Constitution of 1988 for the recognition, demarcation and titling of quilombos populations. The titling of quilombos land is an achievement in the long chapter of land disputes in the Amazon and has materialized a significant territorial reordering process. In this sense, we review a quilombo territory in Pará Amazon, the quilombo community Araquembaua in the municipality of Baião - PA. We aim in general to analyze the land use, considering the changes and continuities that has represented the territory of Araquembaua from the titration process that occurred in 2002. We conclude that the titration of the quilombo territory is an achievement for the community and configures an important territorial strategy.

**Keywords:** Quilombola territory, Titration, Changes, Continuities, Territorial strategy.

**Resumen:** Abordamos en este trabajo una imagen a las relativamente recientes transformaciones territoriales en la Amazonía funcionaba a partir de los marcos legales brasileños presentes en la Constitución Federal de 1988 para el reconocimiento, demarcación y titulación de las poblaciones quilombos. La titulación de tierras quilombos es un logro en el largo capítulo de los conflictos de tierras en la Amazonía y se ha materializado un proceso de reordenamiento territorial es considerable. En este sentido, se revisa un territorio quilombo en Pará Amazon, la comunidad quilombo Araquembaua en el municipio de Baião - PA. Nuestro objetivo es, en general, analizar los usos del territorio, teniendo en cuenta los cambios y continuidades que se ha representado el territorio de Araquembaua de proceso de titulación que se produjo en

2002. Se concluye que la titulación del territorio quilombo es un logro para la comunidad y establece una importante estrategia territorial.

**Palabras clave:** Territorio marrón, Titulación, Cambios, Continuidades, Estrategia territorial.

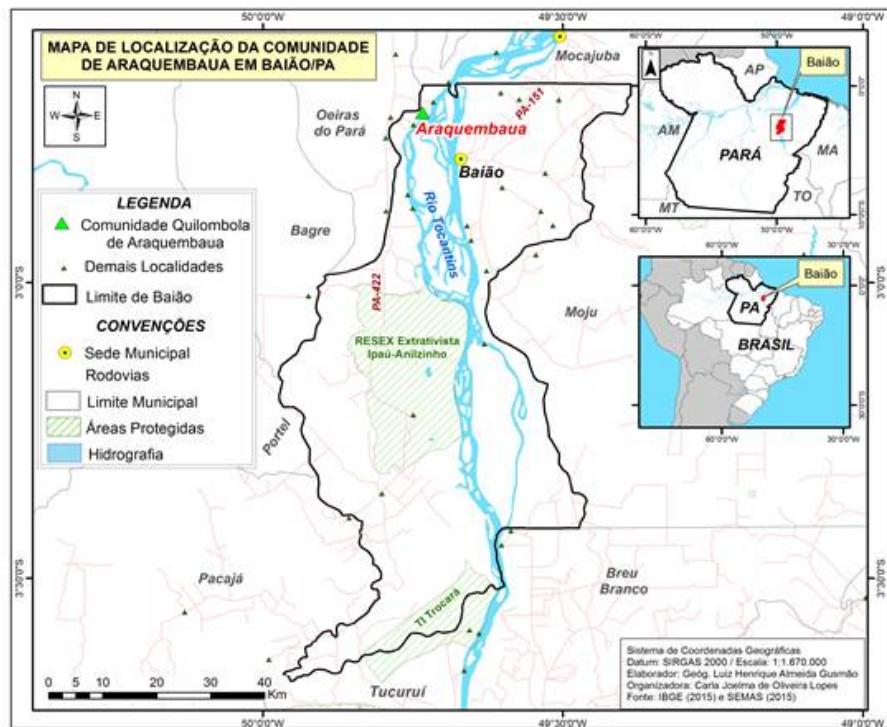
## INTRODUÇÃO

Abordamos no presente trabalho um quadro de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia desencadeado a partir dos marcos legais brasileiros presentes na Constituição Federal (CF) de 1988 relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas. Essas mudanças são resultantes das pressões dos movimentos negros e organizações civis que exigiam há tempos um tratamento adequado à questão da causa negra no Brasil, o que inclui a demarcação dos territórios de remanescentes de quilombos a partir da auto – identificação (TRECCANI, 2006; CARDOSO, 2008; SOUZA, 2008; PRIOSTE et al., 2011.).

A titulação das terras quilombolas representa uma conquista no longo capítulo de disputas agrárias na Amazônia. Demarcar as terras de quilombo possibilitou para muitas comunidades amazônicas a garantia da posse da terra e essa posse colocava-se como necessidade imperativa para a reprodução do modo de vida do grupo (NAHUM, 2011. p 80-91).

A redefinição da posse da terra através da demarcação dos territórios quilombolas, porém, se dá em um campo que extrapola o domínio social, cultural e étnico, ocorre no campo político revelando o poder de organização das comunidades camponesas que se auto-identificam como negras que, amparadas pela possibilidade de reivindicação da ancestralidade comum e compartilhada, passaram a lutar sistematicamente para garantir essa conquista, muito embora, venham enfrentando retaliações que se expressam nas políticas oficiais de reorganização do território na Amazônia (TRECCANI, 2006).

Compreender a dinâmica desses quilombos pode representar uma nova possibilidade de interpretação do que é ser quilombola na atualidade e do que representa na Amazônia a existência de um quilombo contemporâneo (LOPES et al, 2015). Nesse sentido enfocamos a comunidade de Araquembaua, localizada em Baião, município paraense que pertence a Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá (Mapa 1).



**Mapa 1**  
Localização da Comunidade de Araquembaua, Baião - PA  
IBGE, 2015. Organização: LOPES, julho de 2016.

Araquembaua é uma comunidade camponesa formada por cerca de 200 famílias. Nesse sentido, partilhamos com Nahum e Herrera, a partir de orientações dadas na disciplina Condição Socioespacial Camponesa no PPGEU/UFPA/2015, a compreensão que as comunidades camponesas amazônicas reúnem entre suas principais características a pluriatividade com destinos eminentemente locais; o primado do uso sobre a posse, a existência da pequena propriedade; o trabalho ritmado pelo local, a unidade entre terra de trabalho e terra de família, renda proveniente prioritariamente da terra, baixa presença de sistemas técnicos, baixa integração com a cidade, baixa integração na reprodução ampliada do capital, êxodo rural imanente e a presença marcante de associações de trabalhadores, sindicatos e igreja.

As famílias dessa comunidade sobrevivem principalmente da pesca, do cultivo da terra, da coleta de recursos da floresta e da pequena criação de peixes e animais. Nos últimos anos, porém, o território de Araquembaua vem apresentando um processo de mudanças territoriais, uma vez que, a demarcação do território quilombola se expressa de modos diferentes no território.

Consideramos importante destacar que nossa proposta de análise procura responder a inquietações acerca dos impactos provocados pelas demarcações dos territórios étnicos na Amazônia a partir de um estudo de caso. Muito embora, vários tratamentos tenham sido dados a temática como em ALMEIDA (1996); ANJOS (2009); ARRUTI (2006); MALCHER (2009); NAHUM (2011); OLIVEIRA (2012);

LOPES et al.(2015), entre outros, Araquembaua é um lugar único, capaz de expressar para o restante da Amazônia, através de seu exemplo, as vicissitudes desse processo de reordenamento territorial aparentemente horizontal e democrático.

Objetivamos de forma geral analisar os usos do território, considerando as mudanças e permanências que vem se configurando no território quilombola de Araquembaua, a partir do processo de titulação que ocorreu no ano 2002. Buscamos mais especificamente compreender as estratégias territoriais desenvolvidas pelos sujeitos na comunidade antes da titulação, identificar os fatores territoriais, técnicos e políticos que explicam a titulação do território quilombola em Araquembaua e, finalmente, analisar as dinâmicas territoriais que se expressam no território após a titulação.

Abraçamos uma perspectiva metodológica que se propõe a analisar a situação geográfica em questão a partir do pressuposto de que a realidade experimentada pela comunidade atualmente, contem dialeticamente os elementos que ajudam a compreender como ela se constituiu e o que se pensa dela para o futuro. A análise prima pela compreensão do agora, das condições materiais de existência e das transformações incorporadas nas práticas sociais e espaciais da comunidade ao longo do tempo[2].

Para tanto tomamos como referência de análise a titulação do território quilombola de Araquembaua. Consideramos a titulação como uma conquista territorial (TRECCANI, 2006; NAHUM, 2011; DINIZ; TUBALDINI, 2015) que se efetiva a partir de elementos que sinalizam dentro e fora do território a imanência desta perspectiva. Procuramos compreender as dinâmicas territoriais que despontam no território após a titulação, observando mudanças e permanências em três elementos centrais: terra, trabalho e família.

Os dados primários começaram a ser coletados em trabalhos de campo que visaram caracterizar a comunidade, ressaltando as diversas territorialidades construídas no território antes da titulação, considerando as expressões territoriais que se configuraram no território a partir da titulação quilombola, e, ainda, buscando contemplar as inquietações e anseios do grupo atualmente. Nossa intenção é a de aprofundar esse processo promovendo novos percursos ao campo, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento.

## **TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES: UMA REFLEXÃO GEOGRÁFICA**

Discutir o território quilombola nos remete necessariamente a refletir sobre o território e sobre as territorialidades que nele se expressam. Sendo geográfica, essa análise é fundamental para a compreensão do objeto estudado.

O território é uma categoria geográfica que nos proporciona compreender os processos de apropriação, dominação e produção do espaço. Também nos ajuda a refletir sobre as relações de poder, as identidades simbólicas e culturais, sobre as contradições, as desigualdades,

as permanências e as mudanças que se dão ao longo do tempo no e sobre o espaço (SAQUET, 2009).

Portanto, deve ser compreendido a partir de uma abordagem relacional em que o poder aparece como elemento central explicando as dinâmicas territoriais. Mas não somente. As manifestações de poder em um território não são unidimensionais, elas estão presentes nas relações, se manifestando nas práticas cotidianas e em diversas escalas, envolvem processos econômicos, políticos, culturais, históricos, materiais e relacionais (SAQUET, 2009; RAFFESTIN, 2011).

O território também se manifesta através de contradições internas, disputas, desigualdades e sobreposições. Esse processo expressa as diversas territorialidades que se constroem no território e que indicam multiplicidades e diversidades relacionais. As territorialidades, então, exprimem as relações que se estabelecem no interior do território (RAFFESTIN, 2011).

Sack (1986) afirma que a territorialidade explica a produção do espaço, pois representa a materialização dos comportamentos que nele são desenvolvidos e é uma forma de comportamento espacial. Sua representação ocorre nos usos da terra e na forma como se produz o espaço. A territorialidade ocorre nas relações e estas são vulneráveis as mudanças do tempo e do espaço. Territorialidade, então, é algo flexível que se entende e se explica no comportamento. É socialmente construída e profundamente conectada a quem controla, quem determina, quem influencia.

Nesse sentido, a territorialidade implica em uma estratégia geográfica capaz de garantir o controle de pessoas e de coisas em determinada área. É, portanto, uma expressão geográfica de poder que revela as teias de intenções, desejos, projeções, conflitos que se formam no cotidiano das sociedades. Territorialidade é comunicação entre sociedade, espaço e tempo (SACK, 1986).

A territorialidade representa nessa perspectiva uma forma de interação espacial. As pessoas territorializam lugares e intenções e definem novos usos do espaço produzindo esse espaço à medida que interagem, que se relacionam. O que determina o sentido e o significado que a territorialidade vai assumir no espaço é a intencionalidade criada a partir da relação social; é a expressão dos campos de poder que se manifesta na dinâmica territorial; é a forma que a organização territorial vai assumir em relação ao espaço, ao tempo e as pessoas.

Portanto, a territorialidade é muito ampla. Seus significados são múltiplos e abrangem aspectos diversos das dinâmicas espaciais e humanas. Mas é possível afirmar que o principal aspecto da territorialidade é a busca do controle, da influência, do exercício de poder sobre determinada área geográfica. Nesse sentido, a territorialidade constitui um aspecto crucial da compreensão do território, uma vez que o território é formado pela área e seus usos e as territorialidades configuram esses usos sobre a área (idem, *ibidem*).

O território é, portanto, construído a partir e na ação das pessoas que habitam o espaço. Configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção,

pelos objetos, pelas coisas, pelo conjunto territorial, pela dialética do próprio espaço e pela intencionalidade humana (SANTOS, 1998), apontando dessa forma as múltiplas dimensões que ele assume. São as intencionalidades, as práticas espaciais, as relações sociais, as redes, os nós, os interesses econômicos, as capacidades desenvolvidas pelas pessoas, as diversas territorialidades manifestas, são esses fenômenos que conseguem definir o território, dar visibilidade aos usos que nele se materializam, explicar sua existência ou seu desaparecimento.

Abraçamos em nossa análise uma perspectiva que enxerga o território a partir de suas múltiplas manifestações e significados, uma vez que, nos parece mais apropriada para a análise do território quilombola que estudamos, pois, contempla aspectos como as relações de poder, as disputas, as tensões e as dimensões econômicas, mas não somente. Também estão contempladas as dimensões culturais, afetivas, identitárias e simbólicas que se expressam no território (SAQUET, 2009).

### O TERRITÓRIO DE ARAQUEMBAUA ANTES DA TITULAÇÃO: UMA COMUNIDADE CAMPONESA

O território de Araquembaua demarcou uma trajetória comum ao campesinato amazônico. Marcada pelo isolamento geográfico, a área ocupada pela comunidade faz frente com a margem esquerda do Rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Taperuçu, Baixinha e Cupu. É um lugar alto, de acesso estrategicamente restrito e que não apresentava no passado impeditivos legais para a ocupação. O ingresso a comunidade, até pouco mais de duas décadas, se dava exclusivamente pelo rio. O trapiche de oitenta degraus concluía o longo percurso.

Foi tradicionalmente dividido a partir dos usos. A vila corresponde ao povoado, onde ficavam as casas dos moradores, a igreja, o cemitério, o porto, e o centro, lugar originalmente utilizado para o desenvolvimento de atividades produtivas. Ao longo do tempo essa configuração expressou a trajetória de lutas e conquistas empreendidas pelo grupo.

A comunidade desenvolveu historicamente práticas marcadas pela unidade entre terra de trabalho e terra de família, pelo trabalho ritmado pelo local, pela pequena propriedade, pelo primado do uso sobre a posse, pela renda proveniente predominantemente do trabalho na terra, pela baixa integração com a cidade, pela forte atuação da Igreja, das associações e sindicatos no local, pela pluriatividade como mecanismo de subsistência do grupo, características que, de acordo com Diegues e Arruda (2001), demarcam um modo de vida tradicional, uma vez que estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, desenvolvidos em sociedades onde o trabalho ainda não se tornou mercadoria e a reprodução social e cultural do grupo acontece associada com a natureza e seus ciclos, portanto sociedades tradicionais.

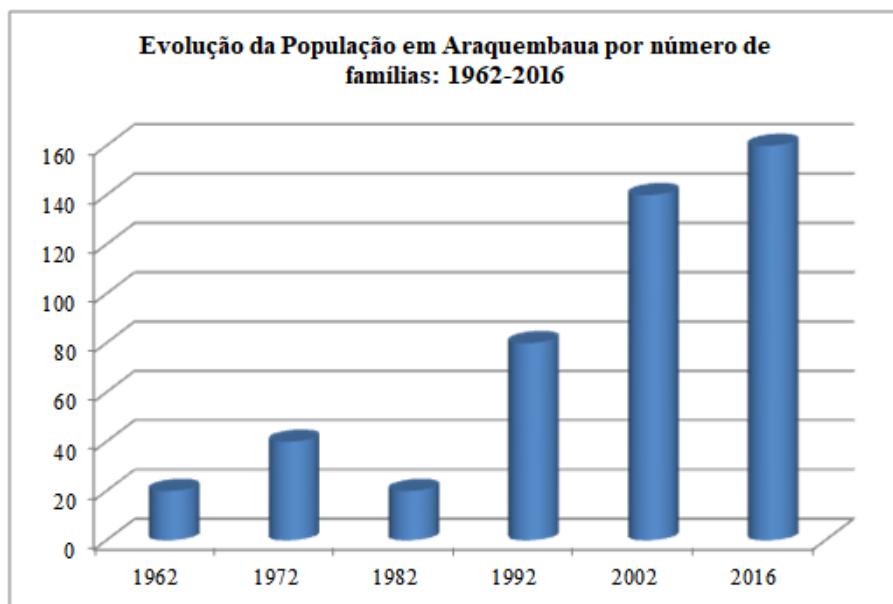
As territorialidades que se expressaram na comunidade revelam práticas ancestrais sinalizando a existência/resistência do modo de vida camponês. Um modo de vida reflete a maneira como as pessoas garantem o que é necessário para a produção e reprodução do grupo e não é simplesmente a reprodução física de indivíduos, ao contrário, é uma maneira de viver que expressa valores, culturas, formas simbólicas,

identidades do grupo. É um modo de vida que deriva de relações estabelecidas entre o grupo e a natureza ao longo do tempo, relações que são mediadas pela produção de técnicas e pela invenção de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza (DIEGUES, 2008).

O território de Araquembaua é, portanto, tradicionalmente camponês, mas ao considerarmos que as territorialidades ocorrem nas relações, são vulneráveis às mudanças do tempo e do espaço, são flexíveis e socialmente construídas e envolvem processos econômicos, políticos, sociais, culturais, relacionais, afetivos, identitários e simbólicos (SACK, 1986; SAQUET, 2009) estamos sustentando um princípio de que não existem territorialidades camponesas únicas que, ao contrário, elas sofreram a ação do tempo, foram afetadas pelo espaço e pelas relações histórico-temporais (SHANIN, 2005).

Por essa perspectiva entendemos que a territorialidade camponesa está em constante movimento, uma vez que o próprio campesinato vem se reinventando a cada tempo histórico e em cada modo de produção que se insere. Nesse sentido concordamos com Shanin (2005) quando afirma que o conceito de camponês compreendido de modo estático e vinculado a recortes específicos da história do mundo poderia muito bem ser abandonado, uma vez que o que realmente importa “é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades” (p.2).

No território de Araquembaua despontam territorialidades marcadas por solidariedades, identidades, afetos e cumplicidades, essas mesmas trajetórias, no entanto, também são atravessadas por disputas, conflitos e lutas. Não raro, ocorreu o processo de desterritorialização resultado da precariedade das condições de vida, da ausência de políticas efetivas, da impossibilidade de remuneração adequada, entre outros (Gráfico 1). Na Amazônia, ressalvadas as particularidades inerentes às diversas dinâmicas territoriais que nela se expressam, é possível acompanhar a trajetória campesina a partir da realidade do homem no campo e da forma como este homem se relaciona com o trabalho. O trabalho reproduz as condições materiais de existência e é socialmente determinado[3].



**Gráfico 1**  
Evolução da População em Araquembaua: 1962-2016  
LOPES, 2016. Diário de campo: relato dos moradores.

O gráfico demonstra que no período de 10 anos (1962-1972), a população de Araquembaua cresceu moderadamente. A redução da população que ocorreu em 1982, segundo os moradores, está relacionada à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE), uma vez que o empreendimento atraiu diversos trabalhadores e, ao mesmo tempo, impactou a atividade pesqueira ocasionando uma migração compulsória de camponeses que tinham na renda da pesca sua atividade principal. Soma-se a este cenário a atratividade produzida a partir da instalação de um pólo madeireiro no município de Cametá. As décadas seguintes, no entanto, expressam um comportamento diferente, demarcando o retorno ao território.

A capacidade de reprodução do grupo mesmo sob condições adversas tem sido uma das grandes marcas da comunidade e, nesse sentido, os sujeitos que ali se encontram tem demonstrado seu poder de reterritorialização e protagonismo face aos desafios que se colocam sob o discurso de modernização e desenvolvimento tem sido, portanto, capazes de impor limites aos projetos estranhos ao lugar e, ao mesmo tempo recriar e regenerar seus modos de vida mudando muitas vezes a atividade, mas não o lugar (NAHUM, SANTOS, 2015, p 311).

## A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA EM ARAQUEMBAUA

Na Amazônia paraense foi muito forte o papel dos movimentos sociais, dos movimentos negros e de setores intelectuais no processo de mobilização das comunidades camponesas em torno da possibilidade de titulação de terras. Munidos de documentações e/ou relatos

historiográficos que indicavam a possibilidade material da existência de quilombos no passado nesses lugares, esses agentes foram fundamentais para a densidade da adesão a titulação quilombola no território amazônico, uma vez que a titulação do território trouxe a reboque a perspectiva da seguridade territorial e da revalorização dos territórios (TRECCANI, 2006).

Essa perspectiva de revalorização dos territórios estimulou, em grande medida, a reterritorialização dos sujeitos no lugar e, muito embora, esse processo esteja, em princípio, vinculado a interesses exógenos ele se fundamenta e se consolida na aceitação do grupo e na legitimação de saberes tradicionais que, muitas vezes, estavam invisibilizados no traçado histórico da comunidade. É um processo marcado por disputas e tensões, mas é também, um processo de construção onde a questão da assunção da identidade quilombola aparece como importante estratégia territorial (DINIZ; TUBALDINI, 2015).

Na comunidade de Araquembaua, a demanda pela titulação estava associada ao desejo de seguridade territorial, visto que, o avanço sobre a terra se materializava em diversas frentes. O cenário de insegurança territorial vivenciado no território de Araquembaua resultava de um quadro de transformações territoriais evocadas por diversos interesses e que atingia, o Baixo Tocantins e, mais especialmente o município de Baião de forma contundente (MAGALHAES et al, 2012; NAHUM, RIBEIRO, 2014). Recordamos o processo de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (1974-1984). As mudanças na vazão do rio Tocantins atingiram pelo menos quatro municípios – Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri. Para se ter uma idéia mais nítida do que representou a instalação desse pólo hidrelétrico, é possível pontuar o antes e o depois da UHE na realidade do Baixo Tocantins, conforme Quadro 1.

**Quadro 1**  
Impactos socioambientais no Baixo Tocantins - UHE de Tucuruí

Baixo Tocantins (antes da UHE)	Baixo Tocantins (depois da UHE)
Hidrossistema conservado	Hidrossistema alterado
Grande cobertura vegetal	Perda da cobertura vegetal
Atividade Extrativista	Avanço das madeireiras
Agricultura de Subsistência	Avanço das frentes agrícolas
Pesca artesanal	Redução do pescado/Pesca predatória
Grande presença de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas	Formação de novos núcleos urbanos em função do re-assentamento da população deslocada

MANYARI (2007). Organização: LOPES (2016).

A construção da hidrelétrica impactou profundamente o território. Havia, na época, uma expectativa que associava o empreendimento ao progresso, a chegada da energia elétrica, ao desenvolvimento de serviços e de uma infraestrutura mínima que representasse um pouco mais

de qualidade de vida. Muitos partiram de Araquembaua em direção a Tucuruí movidos pelo interesse em conquistar um trabalho com remuneração fixa, garantias trabalhistas, acesso a serviços urbanos, etc., soma-se a isso o fato de que o represamento das águas provocou a redução do pescado, atividade que tradicionalmente mantinha a sobrevivência de vários trabalhadores.

Pensemos então nas madeireiras. A extração e o processamento industrial de madeira representam para Amazônia um grande nicho de mercado e, muito embora, essa retirada de madeira tropical tenha ocorrido por séculos na região sem provocar grandes impactos ambientais, nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1970, esse cenário também se transformou (IMAZON, 2010).

Pólos madeireiros se espalharam na Amazônia Paraense, materializando um cenário de intenso desmatamento, de conflitos, violência no campo e de desterritorialização. Eles inauguram novas temporalidades imprimindo um ritmo diferente daquele conhecido pelas populações locais. Também expandem as fronteiras e invadem territórios tradicionalmente ocupados forçando a migração de camponeses, subordinando a terra e seus moradores e provocando rebatimentos que chegam até os dias de hoje.

De Araquembaua migraram diversos trabalhadores em direção a Cametá e, muito embora, as madeireiras não tenham definido o território de Araquembaua como alvo de suas estratégias diretas de atuação, elas chegaram até Igarapé Preto, comunidade vizinha e provocaram intensa alteração na organização espacial do território.

A titulação em Araquembaua, no entanto, serve de freio a esse processo e, nesse sentido, se configura em uma importante estratégia territorial (DINIZ; TUBALDINI, 2015). Ela vem amparada também por uma ancestralidade presumida a partir da constatação da existência de um corredor de quilombos e mocambos (Quadro 2) na região do Baixo Tocantins (PINTO, 2015), muito embora, a identidade étnica no território ainda fosse praticamente invisível.

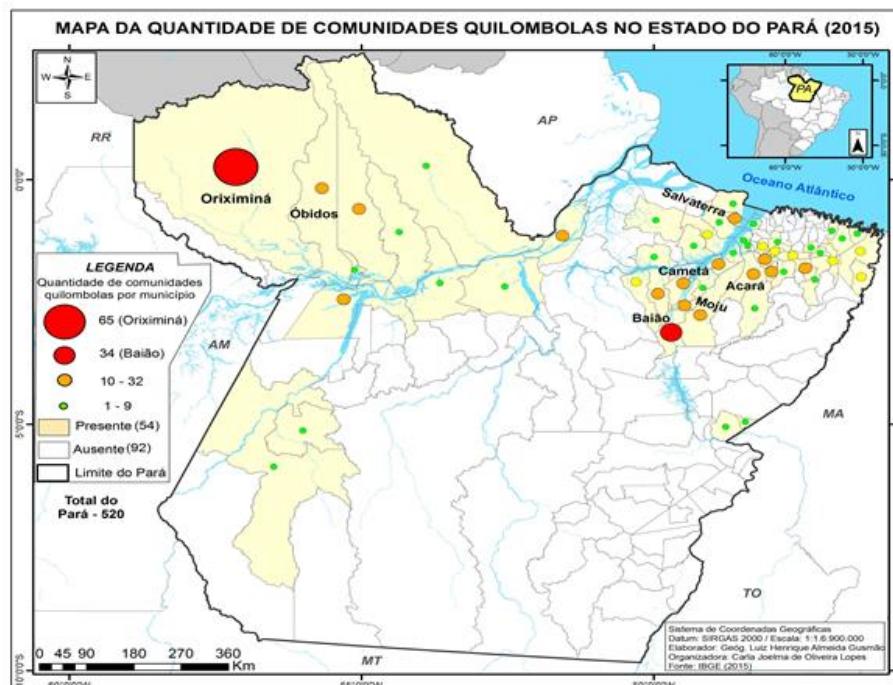
## Quadro 2

Levantamento da quantidade de quilombos existentes nos municípios do Baixo Tocantins

Municípios do Baixo Tocantins	Quantidade de Quilombos
Baião	34
Cametá	28
Acara	25
Moju	25
Oeiras do Pará	25
Abaetetuba	24
Mocajuba	24
Igarapé-Miri	02
Barcarena	01
Tailândia	00
Limoeiro do Ajuru	00

IBGE (2014). Organização: LOPES (2016).

O município de Baião se destaca como um dos que mais comporta em seu território comunidades quilombolas e isso não é exclusividade apenas da região do Baixo Tocantins. De acordo com o IBGE (2014) Baião é o segundo município paraense em quantidade de quilombos (ver Mapa 2). A visibilidade desses quilombos e mocambos nas áreas vizinhas através de investigações geográficas, históricas e antropológicas cedeu à comunidade de Araquembaua elementos chaves para a busca pela titulação do território.



**Mapa 2**  
Levantamento de Comunidades Quilombolas no Estado do Pará  
IBGE, 2015. Organização: LOPES, julho de 2016.

Araquembaua provou a força de sua organização campesina, dando mostras de seu poder criativo através da luta pela titulação do território. Juntou-se a outras 25 comunidades do município e coletivamente, a partir de um longo processo de mobilização interna e articulação com os demais territórios conquistou a titulação quilombola. Novos desenhos territoriais, porém, vêm se configurando no território, representando transformações ou sobreposições de territorialidades. Expressam ainda um processo pedagógico onde o aprender a ser vem se constituindo uma estratégia territorial importante.

## TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

A comunidade de Araquembaua demarcou seu território a partir de práticas ancestrais. Consolidou sua identidade desenvolvendo laços de solidariedade e fortalecendo suas lutas de forma coletiva e dialógica. A relação com o grupo é orgânica. Cada morador representa uma parte

da história do território. Cada família, cada lote de terra, cada árvore plantada, cada caminho construído, tudo sinaliza a existência de um território marcado por seus usos, por seus costumes e tradições. No entanto, as dinâmicas territoriais vinharam sendo afetadas diretamente pela presença de comandos exógenos ao território.

A articulação territorial conduzida pelo grupo dialoga inevitavelmente com as redes que se conectaram ao território. As redes ganharam penetração e a conectividade se estabeleceu de forma veloz. A presença de um novo sistema de transportes expressa, em parte, esse fenômeno. Em um passado não muito distante chegar a Araquembaua demandava o emprego de horas a fio dentro de um barco. Eram aproximadamente 14 horas de viagem da Grande Belém até a sede de Baião e mais uma hora em uma pequena embarcação local. Atualmente, para chegar a Araquembaua gastamos aproximadamente seis horas de viagem de ônibus.

A diferença das horas gastos na viagem sinaliza uma mudança bastante significativa. Agora existem estradas onde antes era só mata fechada. A pequena localidade, que antes só podia dispor como transporte de barquinhos e bicicletas, já partilha o problema da poluição sonora e ambiental por conta da invasão pela PA 151 das motos e carros, da presença de uma balsa que transporta veículos de maior porte da sede do município até Araquembaua, da existência de um ramal que se liga a Rodovia Transcametá o que deu ao lugar um posicionamento estratégico no circuito de bens e serviços do município.

A instalação de uma rede de transportes mais eficientes (estradas, balsas, barcos a motor) revela uma dinâmica de entrelaçamento entre redes e território. Nesse sentido, as redes surgem como instrumento de manipulação, poder e controle da sociedade, alterando as configurações socioterritoriais e produzindo um cenário marcado por desigualdades e contradições (SANTOS, 1998).

A penetração do capital no lugar se dá de variadas formas e se expressa através das redes. Ele não chega trazendo apenas a perspectiva da acumulação, ele aciona novas territorialidades se sobrepondo às antigas. O território, então, acolhe o novo e preserva o antigo, ressignifica e ressemantiza suas práticas (HERRERA, 2012).

Araquembaua vem refletindo essa dinâmica. Prova de que não está isolada no mundo. De que dialoga com o novo e de que, apesar de muitas vezes sofrer interferências verticalizadas desses elementos exógenos ao lugar, tem conseguido responder às suas próprias inquietações e tem recriado suas estratégias territoriais.

A incorporação de novos objetos no local sinalizando o diálogo com redes hidroviárias, rodoviárias, energéticas e de comunicação em Araquembaua indicam, de nosso ponto de vista, um processo de ressignificação do território. Ao mesmo tempo, materializa uma estratégia de territorialização através da qual a população busca maior visibilidade e interação a dinâmica global.

A processualidade vivida no território carrega apropriações, conflitos, disputas territoriais e aciona, ao mesmo tempo, um alto grau de atratividade. Araquembaua se tornou estratégica sob diversos aspectos

e entrou na mira do capital. A defesa do território através da titulação quilombola parece ser uma resposta da comunidade.

## CONCLUSÕES

A pesquisa em andamento não permite conclusões definitivas. Percebemos, no entanto que de fato, alguma coisa se alterou. Apenas a continuidade da pesquisa de campo, porém, poderá nos dizer com mais clareza de que ordem são as mudanças e como elas tem se expressado no território.

Procuramos revisitá, através do exemplo de Araquembaua, configurações territoriais invisibilisadas tradicionalmente no tecido histórico amazônico e que, para além das expectativas, ressurgem no cenário local de forma avassaladora a partir de mudanças nos marcos legais brasileiros, evocando reordenamentos territoriais e ressemantizando identidades apagadas.

Sabemos que o processo de titulação dos territórios quilombolas na Amazônia tem provocado grandes mudanças no ordenamento territorial e colaborado para a democratização do acesso a terra. Não está livre, porém, de conflitos e tensões e nem é homogêneo, carregando ao mesmo tempo em que se configura no território, a ruptura e a permanência, a assunção e a negação, a esperança e a disputa (TRECCANI, 2006; SOUZA, 2008; CARDOSO, 2008).

Ainda assim parece ser comum à comunidade, a compreensão de que a titulação representou uma importante conquista e que, muito embora, não tenha sido desejada por todos, impediu o avanço e a pressão sobre a terra, garantindo a posse do território, a preservação da identidade e da vida (NAHUM, 2011).

Também está presente na fala do morador e da moradora de Araquembaua e expectativa de que da titulação quilombola, muitos desdobramentos virão. Imaginam, por exemplo, que a efetivação das políticas públicas destinadas a territórios quilombolas pode melhorar as condições de vida da população.

As mudanças e permanências nos três elementos terra, trabalho e família ainda estão sendo investigadas, mas por ora, podemos afirmar que a identidade camponesa não foi apagada, ao contrário, agora sobrevive de forma combinada com uma nova que requer aprendizado e ressemantização. O aquilombamento de Araquembaua está em processo. Nele, especialmente, percebe-se a preservação de elementos da tradição ribeirinha camponesa e a assunção gradativa, ainda que não isenta de conflitos e disputas, da identidade étnica negra.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: PVN. Sociedade maranhense de direitos humanos; centro de cultura negra. Frechal, terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís: SMDDH/CCN, 1996.

- ANJOS, Rafael. Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais. Brasília - DF: Mapas Editora & Consultoria, 2009.
- ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. A constituição local: direito e território na comunidade de Bairro Alto, Marajó-PA. Tese de Doutorado. PPGA/UFSC. 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucite. 2008.
- DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo, S.V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DINIZ, R. F; TUBALDINI. Desterritorialização camponesa e reterritorialização quilombola: as territorialidades afro-brasileiras enquanto estratégias de resistência socioterritorial dos quilombos do Alagadiço, Minas Novas – Vale do Jequitinhonha – MG. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.
- HERRERA, José Antonio. Desenvolvimento Capitalista e Realidade da Produção Agropecuária Familiar na Amazônia Paraense. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP. 2012.
- IMAZON. A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados. Serviço Florestas Brasileiro, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém, PA. 2010.
- LOPES, C. J. O; MEDEIROS, G.R. N; SOARES, L.R.S. Quilombos Contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.
- MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; PIRAUT, M.; SANTOS, C. V.; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. S.; JUNIOR, N. A. L. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. VI Encontro Nacional da ANPPAS. 2012.
- MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. 2009. pp. 399-421.
- MANYARI, Waleska Valença. Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas. O caso de Tucuruí, PA. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2007.
- NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. Campo Território: revista de geografia agrária, v. 6, n.12, p. 79-103. 2011.
- NAHUM, J. S; RIBEIRO, M. S. Uma razão, duas visões: dendicultura e campesinato no município de Baião (PA). Boletim Amazônico de Geografia (ISSN: 2358-7040 - on line), Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014.
- NAHUM, J. S; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendicultura na Amazônia. Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015.

- OLIVEIRA, J.B. Comunidades Remanescentes de quilombo da Amazônia: o uso do território. VI Encontro Nacional da Anppas; Belém – PA, 2012.
- PRIOSTE, F. G.V; ALVES, C. C. N; CAMERINI, J. C. B. Quem tem medo da Constituição Federal? Quilombolas e direito ao território. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs.) Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo. Editora Ática. 2011.
- SACK, Robert David. Human Territoriality. Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SANTOS, Milton. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur. 1998.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem Territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Orgs.) Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos. 1<sup>a</sup> Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera. Ano 8, nº7, 2005.
- SOUZA, B. O. Aquilombar-se. Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2008.
- TRECCANI, Girolamo Domênico. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.
- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Historiografia, Resistência Negra e Formação de Quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN; BERLESI; NUNES (Orgs.). Historiografia, novos debates, novas perspectivas. Cametá/UFPA, 2015.

## Notas

- [1] Este trabalho apresenta, em linhas gerais, a pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado em Geografia realizado no PPGEO/UFPA.
- [2] Essa proposta metodológica é inspirada nas orientações cedidas pelo professor João Santos Nahum enquanto ministrava as disciplinas Teoria e Métodos em Geografia e Dinâmicas da Condição Socioespacial Camponesa na Amazônia no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Pará, turma 2015.
- [3] Fonte: Nahum e Herrera. Orientações dadas na disciplina Dinâmicas da Condição Socioespacial Camponesa na Amazônia no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Pará, turma 2015.